



Carta de Repúdio à Base Nacional Curricular Comum

Diante da forma como foram encaminhadas as discussões e as resoluções sobre a implantação da nova Base Nacional Curricular Comum, nós trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede Municipal de Caxias do Sul, repudiamos:

1. Os encaminhamentos dados ao processo de discussão da Base Nacional Curricular Comum, principalmente a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, através do qual iniciou-se uma discussão com relação a conceitos e práticas pedagógicas existentes, que já estavam consolidadas ao longo de muitos anos na educação brasileira e que se forem implantadas como desejam os setores conservadores da sociedade teremos um retrocesso sem precedentes na História deste país. Nos referimos as questões de gênero, diversidade sexual, espiritualidade, valores e cidadania entre outras. Esses grupos retrógrados, inconformados com essas práticas pretendem instituir o cerceamento da função do/a professor/a em instigar o pensamento crítico do/as estudantes, pois consideram isso ideologia de esquerda, ao mesmo tempo que desconsideram que a escola tem o compromisso de garantir o direito universal à educação de qualidade, em todo o país, com autonomia e respeito à diversidade do povo brasileiro
2. A separação da BNCC em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, que demonstra a intenção do governo em fragmentar o currículo. Isso está claro na eliminação de disciplinas das áreas das ciências humanas e da natureza, no Ensino Médio.
3. Uma política que congela investimentos na educação pública por 20 anos, uma vez que isso certamente influenciará na definição e, muito provavelmente, na diminuição da oferta de componentes curriculares em todas as áreas de conhecimentos. Uma escola com menos recursos só conseguirá oferecer um currículo mínimo, diminuindo consideravelmente as chances do/as estudantes das escolas públicas competirem por vagas no mercado de trabalho (cada vez mais escassas), condenando dessa forma as classes menos favorecidas a se perpetuarem nessa condição. Esse currículo mínimo também limitará o acesso ao ensino superior.

Perante o exposto, nós lutamos pela :

- revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos em educação por 20 anos;
- revogação da Lei 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), que promove mercantilização e a privatização do Ensino Médio;
- construção de uma educação pública de qualidade para todos com participação d@s trabalhador@s em educação, universidades, demais setores da comunidade educacional e da sociedade brasileira no debate sobre a BNCC;
- valorização d@s professor@s e pela autonomia das escolas na construção dos projetos políticos pedagógicos.

Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul
Caxias do Sul, 26 de setembro de 2018